



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
191/2021

Senhora Presidenta,

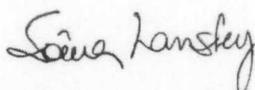
Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com Art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre os resultados apresentados pelo Subsecretário Bruno Pacelli na última audiência de prestação de contas:

- a) O Sr. Subsecretário apontou, ao ser questionado sobre o *superávit*, que o mesmo se daria por conta do não pagamento de dívidas em razão do decreto de Calamidade Pública. Acontece que, segundo o Manual de Demonstrações Fiscais publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o resultado primário equivale à: *receita primária realizada - (despesas primárias pagas + restos a pagar processados pagos + restos a pagar não processados pagos)*. Sabemos, portanto, que nas despesas primárias não são considerados os gastos com os serviços da dívida, assim como também não são consideradas receitas oriundas de aplicações financeiras da PBH, por exemplo. Dessa forma, reiteramos a pergunta feita em audiência.
- i) Por que houve a decisão de gerar *superávit*¹ primário em meio a uma crise sem precedente na história recente?
 - ii) As despesas com serviço da dívida (juros e amortizações) tiveram redução importante em 2020, de cerca de 37% em termos reais. Quais as obrigações cujos pagamentos foram adiados e como esses adiamentos serão incorporados nos respectivos estoques das dívidas?
 - iii) Por que a liquidação das despesas empenhadas nas áreas (funções) de Saúde e Assistência Social foi tão baixa, tanto em relação às dotações da LOA 2020 e a dotação atualizada, quanto em relação à despesa empenhada?
- b) A Receita de Transferências foi de fundamental importância no ano passado, ainda mais se levarmos em conta a queda da arrecadação de impostos. Enquanto a Receita de Transferências teve aumento real de 17,4% entre

¹A fonte de todos os dados básicos utilizados nesse requerimento é o RREO/PBH. Deflator: IPCA; 2020=100

2019 e 2020, a receita de Impostos acumulou queda de 3,5%, também em termos reais. Dentre as transferências recebidas pela PBH em 2020, destacamos as seguintes: a) Lei Complementar nº 173/2020: as transferências somaram, segundo informações do Tesouro Nacional, R\$ 287.012.290,00; b) Apoio Financeiro aos Municípios: somou, também segundo o Tesouro Nacional, o valor de R\$ 38.025.918,00. Solicitamos então que seja apresentada a aplicação detalhada destas receitas extraordinárias transferidas pela união, com a justificativa para as decisões das respectivas alocações destas receitas.

Belo Horizonte, 02 de março de 2021



Sônia Lansky da Coletiva
Vereadora do PT

Ao Senhor

Vereador Bruno Miranda

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>213/2021</u>
<u>ROCHA 521</u>
Responsável pela distribuição